

17º Exame de Ordem - 1ª fase - 2001

Direito Civil

1. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) A interdição do pródigo o privará de, sem curador, transigir e dar quitação;
- (b) Não existindo mais cônjuge, ascendentes ou descendentes do pródigo, este poderá pedir ao juiz o levantamento da interdição;
- (c) O cônjuge, os ascendentes, os descendentes e o Ministério Público são legitimados para requerer a interdição do pródigo;
- (d) A curadoria do pródigo incumbe ao seu cônjuge; na falta deste, ao seu pai.

2. A obrigação que subordinou a eficácia do ato negocial a um evento futuro e incerto é:

- (a) Obrigação condicional suspensiva;
- (b) Obrigação modal;
- (c) Obrigação a termo final;
- (d) Obrigação condicional resolutiva.

3. Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) Enquanto pende a condição suspensiva, há direito adquirido;
- (b) Reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição, cujo implemento for, maliciosamente, obstado pela parte, a quem desfavorecer;
- (c) As condições juridicamente impossíveis invalidam os atos a elas subordinados; as fisicamente impossíveis têm-se por inexistentes;
- (d) Se um fato apenas em parte depende do arbítrio do agente a condição é admissível.

4. Extingue-se a servidão predial:

- (a) Pelo falecimento do dono do prédio dominante ou do prédio serviente;
- (b) Apenas pelo óbito do dono do prédio dominante, pois a obrigação, no caso de morte do dono do prédio serviente, transmite-se aos herdeiros;
- (c) Pela confusão;
- (d) Pela constituição de hipoteca sobre o prédio serviente.

5. Quanto ao sistema processual vigente em nosso país, no que diz respeito à valoração da prova, é correto dizer ser ele o do critério:

- (a) Legal;
- (b) Positivo;
- (c) Livre convencimento do magistrado;
- (d) Persuasão racional.

6. O recurso cabível da decisão que revela a deserção recursal é o de:

- (a) Agravo de instrumento;
- (b) Apelação;
- (c) Não cabe recurso algum;
- (d) Embargos Infringentes.

7. Quanto à exceção de pré-executividade é ERRADO dizer que:

- (a) É cabível para suscitação na execução de matérias de ordem pública que possam ser conhecidas de ofício pelo Juízo;

- (b) É suscetível nos próprios autos da execução;
- (c) É ação de caráter incidental, devendo sua petição inicial observar os requisitos do art. 282 do CPC;
- (d) Dispensa a garantia do Juízo para seu oferecimento.

8. Quanto à inversão do ônus da prova nos processos fundados no Código de Defesa do Consumidor é CORRETO dizer que:

- (a) É ela automática;
- (b) Exige decisão do Juiz para produzir efeitos;
- (c) Depende de concordância do fornecedor para ser decretada;
- (d) Não prevalece se o fornecedor for hipossuficiente.

Direito Penal

9. Aquele que se vale de pessoa inimputável ou inconsciente para a prática de ação delituosa deve ser considerado responsável pelo evento na condição de:

- (a) Co-autor;
- (b) Partícipe;
- (c) Autor mediato;
- (d) Cúmplice.

10. O que diferencia o roubo próprio do impróprio:

- (a) O meio utilizado para a prática da violência ou grave ameaça;
- (b) O momento em que a violência ou grave ameaça é empregada;
- (c) O elemento subjetivo com que atua o agente incriminado;
- (d) O objeto ou pessoa visada pela violência ou grave ameaça.

11. Dos crimes abaixo indicados, praticados contra a Administração Pública, qual deles admite a modalidade culposa:

12. Nos crimes de ação penal pública ou de iniciativa privada, inicia-se o Processo:

- (a) Mediante portaria da autoridade policial;
- (b) Mediante queixa do ofendido ou seu representante legal;
- (c) Mediante denúncia do Ministério Público;
- (d) Mediante decisão da autoridade judiciária.

13. A prisão preventiva pode ser decretada pelo juiz:

- (a) Somente durante o inquérito policial;
- (b) Somente durante a instrução criminal;
- (c) Durante o inquérito policial e a instrução criminal;
- (d) Somente após a condenação do acusado.

14. Em relação ao caráter instrumental do processo penal é possível afirmar que:

- (a) Um dos seus principais objetivos é o de proteção dos direitos e garantias individuais;
- (b) O seu único objetivo é o de proteção da sociedade contra a criminalidade;

- (c) Um dos seus principais objetivos é o de possibilitar a concretização de um Direito Penal máximo;
- (d) No plano estrutural ele deve seguir o modelo inquisitório, conforme o estabelecido na Constituição da República.

15. De acordo com o nosso ordenamento jurídico, antes de iniciar o interrogatório do acusado, o juiz deve informá-lo:

- (a) Que está obrigado a falar a verdade, devendo, por isso, responder às perguntas que lhe forem formuladas;
- (b) Que não está obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, mas que seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa;
- (c) Que não está obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, sendo o direito ao silêncio um dos direitos constitucionais do acusado;
- (d) O juiz não pode informar nada ao acusado antes de iniciar o interrogatório.

16. Para que seja possível a imposição de uma pena privativa de liberdade é imprescindível a anterior realização de:

- (a) Inquérito policial;
- (b) Inquérito policial e processo penal;
- (c) Processo penal;
- (d) Inquérito administrativo.

Direito Trabalhista

17. O adicional de insalubridade incide sobre que valor pago? E o de periculosidade? Dentre as respostas abaixo uma é a correta, sob o prisma do

T.S.T.:

- (a) O 1º sobre o salário mínimo e o 2º sobre a remuneração;
- (b) O 1º sobre o salário-base, sem acréscimos, enquanto o 2º sobre o salário mínimo legal;
- (c) O 1º sobre a efetiva remuneração, já o 2º incide sobre o salário-base;
- (d) O 1º sobre o salário mínimo e o 2º sobre o salário-base, sem acréscimos.

18. Em caso de seguro-doença ou auxílio-doença, o empregado é considerado:

- (a) Em licença remunerada durante o prazo do benefício, estando interrompido Contrato de Trabalho;
- (b) Em licença não remunerada, estando suspenso o contrato de Trabalho;
- (c) Licenciado sem remuneração, com seu Contrato de Trabalho interrompido;
- (d) Licenciado sem remuneração, mas com o tempo de duração do benefício contado como se de efetivo serviço fosse, para os efeitos legais.

19. A Contribuição Sindical anual e obrigatória, em regra é descontada do empregado no mês de ..., devendo ser recolhida ao seu existente Sindicato de classe, no mês de Uma das respostas abaixo completa a indagação supra, suprimindo as lacunas da questão.

- (a) Janeiro, maio;
- (b) Fevereiro, junho;
- (c) Março, abril;
- (d) Janeiro, março.

20. Do despacho denegatório de seguimento do Agravo de Instrumento, exarado na Vara do Trabalho/RJ, o que cabe?

- (a) Recurso ordinário;

- (b) Agravo de petição;
- (c) Reclamação correicional;
- (d) Recurso de revista.

21. As nulidades relativas no processo do trabalho:

- (a) São argüidas a qualquer momento ante ao princípio tuitivo do Direito do Trabalho;
- (b) São argüidas a qualquer momento no processo, bastando, para tanto, apenas demonstrar o prejuízo processual ocorrido. Não são possíveis quando a falta for passível de supressão ou de repetição do ato processual vulnerado, bem como na ocorrência de argüição pela parte que tiver dado causa à referida nulidade;
- (c) São declaradas obrigatoriamente mediante provocação das partes, na primeira oportunidade que tiverem de falar em audiência ou nos autos do processo. Demonstrado o prejuízo processual ocorrido, não é possível o seu pronunciamento quando a falta for passível de supressão ou de repetição do ato processual vulnerado, bem como na ocorrência de argüição pela parte que tiver dado causa à referida nulidade;
- (d) São declaradas mediante provocação das partes, na primeira oportunidade que tiverem de falar em audiência ou nos autos do processo ou de ofício pelo juiz competente para julgar a lide em audiência ou em decisão na primeira oportunidade após a constatação da nulidade. Não é possível o pronunciamento de nulidade quando a falta for passível de supressão ou de repetição do ato processual vulnerado, bem como na ocorrência de argüição pela parte que tiver dado causa à referida nulidade.

22. Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo:

- (a) Sobre os documentos apresentados por uma das partes, a outra parte manifestar-se-á imediatamente, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação, exceto se intimada a testemunha, comprovadamente convidada, deixar de comparecer;
- (b) A prova técnica será sempre produzida, incumbindo ao juiz a sua determinação, independentemente de requerimento das partes;
- (c) Os erros materiais só poderão ser corrigidos a requerimento de qualquer das partes no sentença final que for proferida na ação;
- (d) Sobre os documentos apresentados por uma das partes, a outra parte manifestar-se-á, no prazo de cinco dias, independentemente da realização da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz que poderá dilatar tal prazo. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação, exceto se a testemunha, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.

Direito Comercial

23. Com relação às sociedades por quotas de responsabilidade limitada, é correto dizer-se que:

- (a) A unanimidade do capital votante prevalece para quaisquer decisões;
- (b) A vontade da maioria do capital, votante ou não, vigora em quaisquer deliberações, independentemente de previsão contratual;
- (c) O princípio da deliberação majoritária é regra geral, tendo porém exceções;
- (d) O quotista minoritário está sempre protegido dos abusos que a maioria queira cometer, por força da aplicação subsidiária da lei que rege as sociedades por ações.

24. Com relação aos Agentes Auxiliares do Comércio, assinale a afirmativa falsa:

- (a) Incluem-se entre eles os corretores e os leiloeiros;
- (b) Incluem-se entre eles os tradutores públicos juramentados;
- (c) Incluem-se entre eles os corretores de imóveis;
- (d) Incluem-se entre eles os corretores de seguros.

25. Assinale a afirmativa falsa sobre o aval:

- (a) É garantia formal e abstrata;
- (b) É garantia autônoma e solidária;
- (c) Não dispensa a outorga uxória;
- (d) O avalista que paga, adquire o título e o direito de acionar os subscritores anteriores.

26. Assinale a circunstância em que não será declarada a falência:

- (a) Falsidade do título da obrigação, ou pagamento da dívida, embora protestada, antes de requerida a falência;
- (b) Transformação da sociedade mercantil em sociedade civil sem fins lucrativos, dentro do termo legal;
- (c) Quando o devedor comerciante se ausenta do estabelecimento, sem deixar representante para administrar seu negócio;
- (d) Quando o devedor comerciante realiza negócio simulado com o fito de fraudar credores.

Direito Tributário

27. O tributo que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel, por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, é o:

- (a) Imposto Sobre Serviços - ISS;
- (b) Taxa de Iluminação Pública dos Imóveis - TIPI;
- (c) Contribuição de Melhoria decorrente de obras nos Imóveis - CM;
- (d) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

28. O Imposto de Renda, consoante determina a Constituição da República Federativa do Brasil, só poderá ser majorado por:

- (a) Emenda Constitucional;
- (b) Lei;
- (c) Convênio;
- (d) Decreto Legislativo.

29. A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, foi recentemente alterada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001, é tributo de competência privativa da (o, os):

- (a) União;
- (b) Estados;
- (c) Distrito Federal;
- (d) Municípios.

30. O IPVA consiste num tributo que, conforme o art. 155 da CF, compete a (o, os):

- (a) União;
- (b) Estados;
- (c) INSS;
- (d) Municípios.

Direito Internacional

31. O Estrangeiro deportado do Brasil poderá retornar ao País?

- (a) Não, por ser considerado perigoso à comunidade brasileira;
- (b) Sim, desde que legalize sua entrada no Brasil;
- (c) Sim, depois de cinco anos transcorridos da deportação;
- (d) Sim, desde que haja prescrição do fato que o motivou.

32. A sentença de divórcio celebrada no exterior somente poderá ser executada no Brasil, se:

- (a) Ambos os cônjuges forem estrangeiros;
- (b) Se não existirem bens a serem partilhados no exterior;
- (c) Se estiver homologada pelo STF;
- (d) Se um dos cônjuges for brasileiro de origem.

33. Assinale a resposta correta:

O *laissez-passer* poderá ser concedido ao estrangeiro no Brasil:

- (a) Pelo Ministério do Trabalho;
- (b) Pela Justiça Federal no lugar onde o estrangeiro se encontrar;
- (c) Pela Secretaria Estadual de Segurança;
- (d) Pelo Departamento de Polícia Federal.

34. O estrangeiro poderá exercer os direitos políticos no Brasil?

- (a) Sim, desde que tenha domicílio definitivo no País;
- (b) Sim, desde que tenha cônjuge brasileiro e residência fixa no Brasil;
- (c) Sim, desde que participe do Mercosul;
- (d) Sim, desde que cidadão português amparado pela Convenção sobre Igualdade de Direitos.

Direito Constitucional

35. Assinale, dentre as hipóteses abaixo, pertinentes à fiscalização abstrata, por via de ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade, a alternativa incorreta:

- (a) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços dos seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado;
- (b) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal;
- (c) A medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex nunc, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa;
- (d) A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória, ainda que irrecurível, pode ser objeto, todavia, de ação rescisória.

36. Em tema de intervenção, como instituto típico da estrutura do Estado federal, é lícito afirmar que:

- (a) A União não intervirá nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios dos Estados, exceto para, dentre outros motivos, manter a integridade nacional, pôr termo a grave comprometimento de ordem pública e garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- (b) É facultativa a nomeação de interventor, no processo interventivo, sendo factível, por isso, a ocorrência, em tese, de intervenção sem interventor;
- (c) A decretação de intervenção, pelo Presidente da República, em qualquer dos órgãos dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos Estados, não importa em impedir a reforma da Constituição Federal, pelo processo de emenda;
- (d) O decreto de intervenção federal está sujeito a controle judicial, sendo dispensável, porém, o de natureza política, a cargo do Congresso Nacional.

37. Aponte, em meio às alternativas que se seguem, todas versando sobre o Poder Legislativo, a formulada com imprecisão em face do sistema constitucional vigente:

- (a) É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar, por instrumento próprio, os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- (b) Cabe às Comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em razão da matéria de sua competência, discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da respectiva Casa;
- (c) Somente os órgãos Plenários das Casas do Congresso Nacional poderão convocar Ministros de Estado, exceto o da Defesa, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
- (d) A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

38. Indique, com alusão ao Poder Executivo, a alternativa verdadeira, segundo a ordem fundamental em vigor:

- (a) Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois de aberta a última vaga, de forma indireta, pelo Congresso Nacional, na forma da lei;
- (b) Para concorrerem à reeleição, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos, devem afastar-se dos respectivos cargos até seis meses antes do pleito;
- (c) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade;
- (d) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros natos maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.

39. No que tange ao Poder Judiciário, de acordo com o Texto Fundamental em vigor, registre a alternativa incorreta:

- (a) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;
- (b) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em número de onze, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;
- (c) Aos juizes é assegurada a vitaliciedade, que no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, a inamovibilidade, em caráter absoluto, e a irredutibilidade de subsídios;
- (d) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

40. Nomeie, com referência aos remédios constitucionais, a alternativa verdadeira:

- (a) Não é lícito aos juizes e tribunais a concessão de *habeas corpus* de ofício, ainda quando constatarem, no curso do processo, que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal na sua liberdade de locomoção, tendo em vista a natureza essencialmente acionária do remédio heróico;
- (b) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- (c) O direito de impetrar mandado de segurança é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado;
- (d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Direito Administrativo

41. A lei faculta ao proprietário exigir prestação de caução pela Administração Pública para uso de terrenos não edificados, vizinhos a obras públicas e necessários à sua realização. A faculdade de assim agir é exercitável pelo proprietário:

- (a) No caso de perigo público iminente;
- (b) Na hipótese de ocupação temporária permitida em lei;
- (c) No caso excepcional e constitucionalmente previsto de calamidade pública;
- (d) Na hipótese genérica, excepcional e constitucionalmente prevista, de requisição de bens.

42. Qualquer cidadão pode propor ação anulatória de ato lesivo à *moralidade administrativa*. O ato administrativo que consubstancia específica lesão à moralidade administrativa é, doutrinária e jurisprudencialmente, o praticado em benefício próprio ou de terceiros e, assim, eivado de vício legalmente conceituado como:

- (a) Vício de forma;
- (b) Ilegalidade do objeto;
- (c) Inexistência dos motivos;
- (d) Desvio de finalidade.

43. São passíveis de aquisição, mediante propositura - por possuidores, em estado de composses - de ação de usucapião especial urbana, áreas ou edificações urbanas que tenham a natureza de:

- (a) Bens públicos especiais;
- (b) Bens públicos dominicais;
- (c) Bens particulares;
- (d) Bens públicos patrimoniais.

44. O poder administrativo cujos requisitos ou pressupostos de exercício regular têm previsão legal específica, inclusive quando exercitado em atividade que a lei tenha como discricionária, é o:

- (a) Poder regulamentar;
- (b) Poder vinculado;
- (c) Poder disciplinar;
- (d) Poder de polícia.

Deontologia Jurídica

45. O Advogado SALVADOR DE SÁ, regularmente inscrito na OAB-RJ, foi aprovado em concurso e empossado no cargo de Agente Administrativo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado junto à OAB-RJ e no exercício da Advocacia?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente, sem qualquer restrição;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém, impedido de advogar contra a Fazenda Pública da Cidade do Rio de Janeiro;
- (c) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia;
- (d) Será licenciado pela OAB-RJ e, conseqüentemente, não poderá exercer a advocacia durante o tempo em que for Agente Administrativo da Prefeitura.

46. O Advogado ANTONIO CARLOS XAVIER, regularmente inscrito na OAB-RJ e que já havia sofrido uma punição disciplinar aplicada pela OAB-RJ, sem motivo e sem comunicação, abandonou a causa que patrocinava para cliente seu.

Pergunta-se: Qual a punição disciplinar cabível na hipótese?

- (a) Exclusão do quadro da OAB-RJ;
- (b) Suspensão, simples ou com multa;
- (c) Censura, simples com multa;
- (d) Advertência.

47. De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, o Advogado pode:

- (a) Revelar o sigilo profissional em defesa de seu Cliente, mesmo sem o consentimento deste;
- (b) Funcionar, ao mesmo tempo, como patrono e preposto do cliente num processo trabalhista;
- (c) Debater, em qualquer veículo de divulgação, causa sob seu patrocínio;
- (d) Recusar a inclusão de outro Advogado para com ele trabalhar no processo em que está funcionando.

48. Por amizade, um Advogado ajustou, verbalmente, com o Cliente, os honorários advocatícios de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para defendê-lo num processo criminal. Concluído o seu trabalho profissional e não conseguindo receber, amigavelmente, os honorários ajustados, qual a medida judicial adequada para aquele Advogado receber o que lhe é devido?

- (a) A Execução por Quantia Certa.
- (b) A Ação de Cobrança, pelo Procedimento Ordinário.
- (c) A Ação de Cobrança, pelo Procedimento Sumário.
- (d) A Ação de Consignação em Pagamento.

49. Quando a adoção da Cláusula *Quota Litis* estará de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB?

- (a) Quando os honorários advocatícios forem representados unicamente por dinheiro;
- (b) Quando os honorários advocatícios forem representados apenas por bens (que não seja dinheiro);
- (c) Quando os honorários advocatícios forem representados por dinheiro e por outros bens;
- (d) Quando os honorários advocatícios forem representados por uma parte dos bens que são objeto da causa patrocinada pelo Advogado.

50. Quando é que ocorre uma Lide Temerária?

- (a) Quando o Advogado trai os interesses de seu Cliente, prejudicando-o;
- (b) Quando o Advogado abandona o seu Cliente no curso do processo e passa a defender o adversário naquele processo;
- (c) Quando o Advogado, de acordo com seu Cliente, altera a verdade dos fatos ao propor uma ação;
- (d) Quando o Advogado retira de Cartório os autos de um processo em andamento e não os devolve no prazo devido.